

## Os dois racismos dos portugueses\*

João Filipe Marques\*\*

*Com efeito, a palavra racismo é enganadora: reúne sob um rótulo único dois comportamentos cuja génese, lógica e motivações são completamente dissemelhantes. (...) O primeiro classifica o segundo separa; para o primeiro não se pode ser persa, aos olhos do segundo não se pode ser homem, pois não há entre um persa e um europeu medida humana comum.*

Alain Finkielkraut

### 1. Introdução

Numa pesquisa recente realizada pelo Instituto de Ciências Sociais, baseada numa amostra representativa da população portuguesa, 20,1 % dos respondentes concordava com a afirmação segundo a qual “Os ciganos deveriam ser corridos do país, pois onde chegam só causam problemas”; 17,7% concordavam com o enunciado: “A convivência entre negros e brancos é negativa, pois acaba quase sempre por originar problemas e conflitos”. Na mesma pesquisa 18,4% dos interrogados afirmava que “Os negros que trabalham em Portugal deveriam regressar aos seus países, porque estão a retirar trabalho aos portugueses” (Instituto de Ciências Sociais, 1998: 205). Estamos perante o paradoxo da garrafa metade cheia ou metade vazia. Ao analisarem estas respostas, os autores da pesquisa congratulavam-se pela tolerância manifestada por três quartos dos portugueses, mas o que parece ter sido esquecido nessa análise é que cerca de um em cada cinco portugueses defende posições explicitamente racistas.

Portugal parece não constituir uma excepção no que diz respeito às manifestações de racismo que têm assolado as sociedades europeias nos últimos anos. Por um lado, as opiniões referidas, põem em causa uma das características centrais da mitologia nacional portuguesa: o "não racismo" dos portugueses. Por outro lado, constituem apenas a ponta do *iceberg*, deixando adivinhar fenómenos de maior extensão, inscritos no próprio funcionamento da sociedade: a generalização dos preconceitos, a discriminação sistemática nas várias áreas da vida social, a violência da linguagem ou a segregação residencial.

---

\* A investigação que deu origem a este documento foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Fundo Social Europeu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio

\*\* Assistente na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, doutorando na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris

Numa jovem democracia que se baseia no princípio da cidadania universal, construída sobre as cinzas de um regime de inspiração fascista, as manifestações racistas constituem efectivamente afastamentos graves aos valores da igualdade cívica, política e jurídica. Mas interrogarmo-nos sobre se "os portugueses são racistas?" ou se "Portugal é um país racista?", como fazem demasiado depressa jornalistas, políticos e militantes antiracistas, não tem qualquer sentido teórico ou político. Estas questões relevam, elas próprias, de uma forma de pensar próxima do racismo.

Sem ceder às tentações da suspeita generalizada nem às da denúncia gratuita, há um conjunto de questões em torno deste problema que merecem ser formuladas. A que "lógicas" obedece o racismo na sociedade portuguesa? Quais são as suas fontes actuais e remotas? Quais são as transformações sociais que favorecem a emergência deste tipo de atitudes e comportamentos?

Numa sondagem realizada pelo jornal público em 1995, apenas 3% dos portugueses se consideravam a si próprios como "racistas" enquanto 80,9% se viam como "nada racistas". Não se considerando racistas, os portugueses projectam a ideia de racismo nos outros povos, nomeadamente povos do norte da Europa. Esta representação social pôde mesmo ser confirmada cientificamente pela pesquisa de José Pereira Bastos. Um conjunto de 98 características foi apresentado a uma amostra representativa da população portuguesa e aos respondentes foi pedido que associassem livremente essas características aos portugueses, aos espanhóis e aos norte-europeus. Significativamente, a palavra "racista" foi associada aos norte-europeus em sétimo lugar e só foi associada aos portugueses em 97º lugar, i.e. o penúltimo (Cf. Bastos, 2000). Os portugueses parecem, pois, considerar-se tudo menos racistas.

O "não racismo" português ou, pelo menos, a ideia de um racismo "diferente" do dos outros povos continua a parecer a coisa mais natural do mundo. Trinta anos depois da revolução e da descolonização, a escola, a família, o homem da rua, o político ou o cientista continuam a reproduzir a imagem do espanhol sanguinário que destruía e matava os índios da América, do inglês e do francês que exploravam até aos limites os indígenas das suas colónias, do norte-americano que segregava e discriminava odiosamente os negros e do português que, harmoniosamente, fraternizava e se misturava com os povos de todas as latitudes.

Até aos anos 80, à excepção da comunidade cigana e de uma pequena comunidade cabo-verdiana, Portugal era uma sociedade muito homogénea de um pondo de vista étnico. As grandes clivagens culturais encontravam-se entre o rural e o urbano e entre as elites e as camadas mais desfavorecidas. A partir da década de 80 a imigração veio introduzir profundas alterações na paisagem cultural do Portugal contemporâneo. A partir da década de 80, a sociedade portuguesa começa a sofrer a metamorfose que a viria a transformar de sociedade de emigração em sociedade de imigração. A imigração, ou melhor, as condições nas quais vive actualmente a maior parte dos imigrantes e dos seus descendentes, conduziu, como se podia esperar, à formação de grupos étnicos. Observa-se actualmente, sobretudo nas principais cidades do país, aquilo a que alguns autores chamaram a “eticização das relações sociais” nas quais, dado o passado colonial e as profundadas mutações sofridas pela sociedade portuguesa, o racismo nem sempre está ausente.

As relações entre maioria e minorias étnicas lançam, como se sabe, importantes desafios às democracias contemporâneas. Em certas circunstâncias, as identificações étnicas constituem uma fonte de clivagens sociais mais importante do que, por exemplo, a pertença de classe. Nas sociedades modernas os comportamentos racistas constituem uma traição aos valores proclamados, um afastamento à norma da igualdade. O combate político contra as manifestações de racismo nas sociedades democráticas contemporâneas, nomeadamente na sociedade portuguesa, só pode fundar-se no conhecimento sociológico desses mesmos fenómenos. E a investigação de que aqui se dá conta procura, precisamente, apontar algumas pistas que permitam fornecer uma melhor inteligibilidade aos fenómenos racistas na sociedade portuguesa.

A pesquisa, cujos resultados provisórios aqui se dão conta, como qualquer trabalho científico, parte de um conjunto de hipóteses intimamente ligadas aos pressupostos teóricos que a orientaram desde o início e que cumpre, à partida, revelar. Em primeiro lugar, parto da hipótese de que a sociedade portuguesa, independentemente do que pensam os próprios portugueses, não está a salvo dos fenómenos racistas que actualmente invadem quase todas as sociedades europeias. Isto é, existe racismo na sociedade portuguesa e as suas principais vítimas são as populações constituídas a partir da imigração africana e as comunidades gitanas residentes no país. Em segundo lugar, coloco a hipótese segundo a qual a qual as manifestações de racismo de que são vítimas as populações formadas a partir da imigração

relevam de uma lógica profundamente diferente do que as que vitimam a comunidade cigana que vive em Portugal. A distinção idealtípica entre racismo desigualitário ou de inferiorização e racismo diferencialista revelou-se de extrema utilidade para demonstrar, por um lado, que os imigrantes de origem africana e os seus descendentes são objecto de um racismo discriminatório que ainda tem muito a ver com o passado colonial do país e que, por outro lado, os ciganos se vêm confrontados com um racismo de contornos diferencialistas que tem as suas fontes quer nos pesados preconceitos herdados do passado, quer nas mudanças sofridas pela sociedade portuguesa e pelos seus próprios modos de vida.

Este conjunto de hipóteses revelou-se, de um modo geral, bastante consistente com a abordagem empírica à realidade portuguesa. Segundo as minhas observações, a análise das entrevistas feitas aos membros das principais associações de imigrantes, das associações de ciganos, das associações de luta contra o racismo, de sindicatos etc, o racismo, tal como é vivido e descrito pelas suas vítimas preferenciais e por aqueles que lhes são próximos, manifesta-se precisamente através de duas dimensões que variam segundo o grupo vítima. Enquanto os imigrantes africanos e os seus descendentes são efectivamente vítimas de um racismo desigualitário ou de inferiorização, os ciganos são confrontados com manifestações racistas de tipo diferencialista.

## **2. De que falamos quando falamos de racismo?**

Em sentido estrito, o termo racismo designa uma teoria com pretensões científicas que pode ser resumida em duas afirmações: 1. existem raças humanas, biologicamente diferentes e, por isso, permanentemente desiguais; 2. existe uma ligação necessária entre essas características biológicas e os comportamentos dos indivíduos. Por outras palavras, o biológico, transmitido hereditariamente, determinaria o social. O apogeu desta teoria deu-se entre meados do século XIX e o fim da Segunda Guerra Mundial; a humanidade era, então, classificada e hierarquizada em diferentes "raças" e os comportamentos e as aptidões intelectuais e morais dos homens eram explicados através das suas características biológicas.

Embora ainda sejam observáveis algumas das suas manifestações, o racismo no sentido clássico ou "científico" entrou em franco declínio a partir do momento em que as ciências da vida assumiram a total vacuidade e inutilidade do conceito de "raça" quando aplicado aos seres humanos. Nas sociedades que se assumiram politicamente como antiracistas, essa forma de racismo tem vindo a dar lugar a uma outra que tem sido designada por neo-racismo,

racismo cultural ou ainda, segundo alguns modelos teóricos, por "racismo subtil". Uma forma menos brutal e menos arrogante, mas nem por isso menos perigosa. Já não é a "raça" que é evocada na explicação dos comportamentos e aptidões de determinados grupos de homens mas a cultura, a religião, as origens nacionais ou étnicas.

O neo-racismo, tal como o seu predecessor, constitui uma forma de pensar que os sociólogos qualificam de *essencialista*. Isto é, as características de determinados grupos são percebidas como *essências*, como traços imutáveis inscritos na "natureza das coisas" que determinariam o "ser" de todos os seus membros. Assim, o pensamento essencialista manifesta-se fundamentalmente através de dois mecanismos: atribui a todos os membros de um grupo, características que podem, efectivamente, ser encontradas nalguns dos seus membros; explica esses traços através da natureza imutável do grupo e não através da história, da situação social ou das condições de vida dos seus membros.

A substituição de expressões que se tornaram politicamente incorrectas depois de 1945 como "raça judia" ou "raça cigana", pelo termo aparentemente mais neutro de "etnia", na maior parte das vezes apenas mascara a atitude que está por detrás das duas designações e que costuma estar intimamente ligada a essa concepção determinista do comportamento humano. É a atitude mental que consiste em encerrar os indivíduos, nomeadamente os membros de minorias dominadas, numa categoria essencial, isto é, numa categoria permanente e imutável à qual estariam associadas determinadas maneiras de pensar e agir. Um "cigano" deixa de ser um indivíduo para se tornar no representante da sua "etnia", da "etnia cigana"; um negro transforma-se no epifenómeno da sua categoria de pertença, a "raça negra".

Estamos, portanto, em presença de racismo quando as desigualdades e as diferenças inscritas em determinada estrutura social estão relacionadas com a aparência física ou com a pertença cultural, e são racionalizadas em termos essencialistas relativamente aos comportamentos e às aptidões morais e intelectuais dos indivíduos ou dos grupos.

### **3. Desigualdade e diferença: as duas lógicas do racismo**

A recente literatura sobre este fenómeno é praticamente unânime em considerar que o racismo obedece a duas lógicas, intimamente ligadas, mas passíveis de distinção analítica: uma lógica de *inferiorização* ou *desigualitária* e uma lógica predominantemente *diferencialista* (Cf., entre outros, Balibar e Wallerstein, 1990; Finkielkraut, 1988; Marques,

1995, 2000; Taguieff, 1990; Touraine, 1993; Wiewiorka, 1991). Duas lógicas que são observáveis quer no plano ideológico-doutrinário do racismo, quer no plano das práticas sociais.

A lógica de inferiorização inscreve os grupos racizados na teia das relações sociais, concedendo-lhes um lugar na sociedade na condição de se dedicarem apenas às ocupações que lhe estão destinadas - quase sempre as mais desvalorizadas socialmente - e de ocuparem um espaço também socialmente menosprezado. Esta forma de racismo, claramente inscrita no sistema de estratificação, faz apelo com maior ênfase aos argumentos de tipo biologizante, sublinhando a desigualdade dos atributos naturais entre racizantes e racizados de modo a legitimar a manutenção de uma ordem social baseada na dominação e na exploração. Trata-se, no entanto, de um racismo de pendor universalista uma vez que, no plano ideológico, é postulada a existência de uma hierarquia universal dos valores. Uma hierarquização que legitima a dominação e na qual o grupo dominante se situa numa posição superior à do grupo dominado. Os paradigmas históricos da lógica desigualitária ou de inferiorização podem ser encontrados nas situações coloniais europeias ou na sociedade sulista dos Estados Unidos até às primeiras décadas deste século.

Segundo a lógica diferencialista, o grupo racizado é percebido como uma ameaça endógena que urge afastar, não lhe sendo admitido qualquer lugar no sistema social. Pelo contrário, a esta forma de racismo corresponde um desejo de rejeição, de exclusão, de distanciamento e, nas situações extremas, de expulsão ou destruição. Embora naturalizando igualmente o grupo racizado, a lógica diferencialista, enfatiza as suas especificidades culturais e identitárias, mas estas são percebidas precisamente como realidades essenciais, logo imutáveis. Segundo esta lógica de racização, o outro é considerado como poluente, como um corpo estranho, ameaçador da homogeneidade social e dos valores identitários do Nós. Trata-se de uma forma de racismo que, para além de acentuar os particularismos culturais, sublinha fundamentalmente a sua *irreducibilidade*. Os paradigmas do racismo diferencialista são, naturalmente, o anti-semitismo nazi e, embora em menor grau de intensidade, os novos racismos europeus centrados nas minorias étnicas de origem imigrante.

No que respeita às modalidades de actualização social pode dizer-se, de um modo geral, que enquanto o racismo desigualitário *discrimina* e *explora*, o racismo diferencialista se traduz na *segregação* ou na *destruição*. Contudo, é importante sublinhar que o racismo

enquanto fenómeno total, de carácter persistente e duradouro, associa sempre, em maior ou em menor grau, estas duas lógicas, definido-se antes pela sua complementaridade. Uma lógica puramente desigualitária pode mesmo fazer esbater o problema do racismo transformando-o numa questão social de exploração, exclusão e reprodução das desigualdades numa base não racial. A lógica diferencialista pura, por seu turno, pode igualmente pôr termo ao racismo, dar-lhe uma dimensão meramente fantasmática, ou desembocar na xenofobia, uma vez que conduz à separação estrita dos grupos e a ausência total do contacto indispensável às práticas racistas.

Inferiorização e diferencialismo podem, igualmente, suceder-se quando, por exemplo, as relações de dominação dão lugar a uma crispação identitária de tipo diferencialista. Na maior parte das experiências históricas, contudo, as duas lógicas amalgamam-se em combinações sincréticas; a inferiorização não existe sem incluir sentimentos diferencialistas de rejeição, tal como o diferencialismo acaba por gerar a desigualdade, a dominação e, de algum modo, a exploração dos grupos racizados.

#### **4. Os dois racismos dos portugueses**

Praticamente todas as obras e artigos consagradas à análise empírica do racismo são unânimes quando afirmam a extrema dificuldade em estudar um tal objecto. Neste sentido, a pesquisa que aqui se dá conta não constitui uma excepção. A complexidade do fenómeno introduziram dificuldades e limitações significativas que é necessário assumir à partida. O que pôde é aqui efectivamente analisado não foram os *comportamentos racistas* - para o que seria necessário um outro tipo de abordagem - mas a *percepção* desses comportamentos por parte dos actores sociais.

A escolha da metodologia recaiu então sobre as entrevistas semi-directivas aos actores sociais que, duma forma ou de outra, estavam mais próximos do racismo “vivido” na sociedade portuguesa contemporânea. As conclusões que aqui são apresentadas resultam portanto da análise das transcrições das entrevistas feitas a dirigentes das principais associações de imigrantes, das associações ciganas, das ONGs de combate ao racismo e de defesa dos direitos humanos, aos representantes das principais uniões sindicais, aos responsáveis políticos pela integração dos imigrantes e das minorias étnicas e a cidadãos anónimos nacionais e estrangeiros.

*Existe racismo na sociedade portuguesa?* Esta foi a questão de inicial de uma boa parte das entrevistas. Trata-se, provavelmente, de uma questão ingénuas. Ela revela a ingenuidade típica das questões do sociólogo, mas essa mesma ingenuidade revelou-se extremamente útil e pôde ser aproveitada como ponto de partida para uma aproximação mais profunda ao “vivido” do entrevistado.

Todos os entrevistados foram unânimes ao responder afirmativamente a esta pergunta. Mas, paradoxalmente e contrariamente aquilo que se poderia esperar, não aproveitaram a situação da entrevista para fazer uma crítica à sociedade portuguesa nem uma denúncia profunda às situações de racismo. Os testemunhos contêm frequentemente menções ao mito do não racismo dos portugueses; trata-se de uma ideia omnipresente. Praticamente todos os entrevistados estão conscientes da ideia segundo a qual os portugueses não são racistas, que o são num grau menor do que outros povos ou que praticam uma forma especial de racismo. Apesar de claramente afirmado por todos os entrevistados, o racismo da sociedade portuguesa é frequentemente relativizado, mitigado ou comparado com o de outros países.

A ideologia do “não racismo” dos portugueses, ou a ideia de que estes veiculariam uma forma especial - e mais benigna - de racismo parece estar presente na maior parte dos espíritos, embora também haja quem se indigne relativamente a este mito e não hesite em denunciá-lo.

Alguns inquéritos por questionário confirmam o que acabou de ser dito fornecendo, porém, alguma base de quantificação. Segundo os dados da pesquisa sobre as “percepções de racismo no quotidiano” realizada por Machado junto dos imigrantes de origem guineense, 63% dos respondentes afirmam que “existe muito racismo em Portugal, 32% afirmam que “há, mas pouco” e apenas 1,7% responde que não há racismo em Portugal (Machado, 2001: 56). Os dados da investigação de Saint-Maurice sobre as representações dos imigrantes caboverdianos relativamente aos portugueses corroboram essa imagem: 66,5% dos respondentes pensam que “a maioria dos portugueses é racista” (Saint-Maurice, 1997: 147). Numa pesquisa sobre a identidade dos jovens luso-africanos residentes num subúrbio de Lisboa, à questão "Sentes dificuldades na tua vivência nesta sociedade?" 51% responde afirmativamente. Mas o que é significativo é o facto de para esses respondentes "os problemas com o racismo e a xenofobia" serem referidos em primeiro lugar (61,5%) e a com a “intolerância” em segundo lugar (38,5%). Sintomaticamente a “falta de direitos” embora

apareça em último lugar, recolhe 25% das opiniões acerca das dificuldades sentidas na vida em Portugal (Albuquerque, 1996).

O mito do “não racismo” dos portugueses é apenas isso: um mito. Independentemente do que pensem os portugueses, o racismo faz parte dos novos desafios que se colocam à sociedade portuguesa. É preciso então distinguir quais são as categorias sociais que constituem as suas principais vítimas para, em seguida, discernir a que lógicas o racismo obedece e quais são as suas fontes sociais e históricas.

*Quais são as principais vítimas?* Também encontramos uma relativa unanimidade que confirma as hipóteses formuladas inicialmente. São os ciganos e os indivíduos de origem africana que são designados pelos entrevistados como as principais vítimas do racismo existente na sociedade portuguesa. Mesmo para os indivíduos de origem africana, são os ciganos que são percebidos como vítimas de um racismo mais intenso. Segundo a pesquisa de Joana Miranda sobre os estereótipos dos portugueses relativamente aos grupos étnicos presentes em Portugal, é sobre os ciganos e sobre os indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa que pesam os estereótipos mais negativos (Cf. Miranda, 1994).

*Como se manifesta o racismo?* A única pesquisa empírica inteiramente consagrada ao racismo na sociedade portuguesa contemporânea teve como quadro teórico de base o modelo psicossociológico de Petigrew e Meertens que introduz a distinção entre “racismo flagrante” e “racismo subtil”. Trata-se da investigação levada a cabo por Jorge Vala e pelos seus colaboradores (Vala, Brito e Lopes, 1998; Vala, 1999). O modelo utilizado na pesquisa citada parte da hipótese segundo a qual o pensamento do senso comum teria acompanhado as mutações observadas nos domínios científico e político e teria substituído as explicações biológicas do comportamento pelas explicações culturais. Uma das expressões desses “novo racismo” seria precisamente o deslocamento do tema das hierarquias raciais para o tema da absolutização das diferenças culturais, aparecendo este último sob a forma “velada” ou “subtil”. Segundo as conclusões da investigação referida, os preconceitos racistas dos “portugueses relativamente aos negros” obedecem aos mesmos esquemas encontrados noutras sociedades “formalmente anti-racistas”. Isto é, a forma mais explícita e biologizante do racismo, o “racismo flagrante” teria sido substituída, em Portugal, por um “racismo

subtil”, mais normativo e de contornos culturalistas. Tal como, de resto, em todas as outras sociedades que foram analisadas pelo mesmo modelo.

Ora, quer a minha pesquisa quer a de Machado (Machado, 2001), obrigam-nos a relativizar o alcance destes enunciados, ao demonstrarem que há muito pouco de “subtil” em muitas manifestações de racismo que são observáveis na sociedade portuguesa. A própria insistência científica no paradigma do “racismo subtil” tem como efeito perverso a ocultação das manifestações mais “flagrantes” do fenómeno. Não se trata de afirmar que as *atitudes* de racismo subtil, tal como elas são medidas pelos psicólogos sociais, não existam, trata-se de defender que estas não substituíram completamente os *comportamentos* de racismo flagrante na sociedade portuguesa. Por um lado, desde os anos trinta que ficou clara a completa desimplicação entre as atitudes e preconceitos racistas e os comportamentos ou condutas, as relações entre uns e outros não são determinadas nem previsíveis nem evidentes. Por outro lado, sem querer por em causa o modelo referido, a abordagem sociológica pode com toda a legitimidade interrogar-se sobre o sentido da evacuação das características sociais e históricas na produção e reprodução dos preconceitos raciais e do racismo. Segundo as minhas próprias observações o racismo manifesta-se de uma forma sensivelmente diferente daquela que é apresentada pelas investigações da Psicologia Social.

Para compreender não apenas as formas mas, sobretudo, as fontes do racismo na sociedade portuguesa é necessário utilizar a abordagem tipológica que foi apresentada acima e reintroduzir a dimensão societal na análise. Por um lado, os ciganos vêm-se como alvos de um racismo de características diferencialistas, essencialmente rural, que se concretiza na sua violenta rejeição e afastamento. São a segregação e o desejo de expulsão desta comunidade que são aqui preponderantes. Por outro lado, os imigrantes e os seus descendentes são sobretudo alvo de um racismo desigualitário, claramente urbano, explícito ou implícito, mas em todo caso subsidiário dos preconceitos herdados do passado colonial. Neste caso, são a inferiorização e a discriminação em múltiplos domínios da vida social, eventualmente também a violência verbal, que constituem as principais manifestações desta forma de racismo.

Porém, a realidade é sempre mais complexa do que a análise. Esta desmontagem idealtípica não significa que não existam situações híbridas. O racismo combina sempre, como vimos, as duas lógicas. Os ciganos, sobretudo nos meios urbanos, vêm-se

profundamente discriminados no acesso ao emprego, à habitação, aos locais de lazer ou nas instituições públicas. Os imigrantes por seu turno são frequentemente confrontados com a expressão diferencialista: “volta para a tua terra”. De qualquer forma, na maior parte dos casos, no que diz respeito aos imigrantes de origem africana não estamos em presença de um sentimento de rejeição ou de desejo de expulsão de uma categoria de pessoas consideradas como corpos estranhos à sociedade, mas do seu tratamento sistematicamente diferenciado. A expressão “volta para a tua terra” deve ser interpretada como um “põe-te no teu lugar”. No que diz respeito aos ciganos somos confrontados com o fenómeno inverso, a discriminação de que são vítimas quotidianamente não releva de uma qualquer inferiorização racial mas de um diferencialismo radical, de um desejo de afastamento, de segregação que, nos casos limites, é objectivado na expulsão.

*O racismo desigualitário relativamente aos imigrantes.* O racismo relativamente às populações originadas pela imigração parece impregnar insidiosamente todos os domínios da vida social. Transversalmente à sociedade portuguesa, as populações originadas pela imigração africana, não apenas são extremamente vulneráveis à pobreza e à exclusão social, como estão submetidas a uma discriminação quotidiana.

Uma vez que não existem organizações políticas de tipo nacional-populista de contornos racistas - à excepção da acção de alguns grupos de *skinheads* cujos discursos e práticas continuam a ser muito marginais e de um pequeno partido de extrema direita praticamente sem expressão eleitoral - , mais do que manifestações violentas, assédio, motins raciais, discursos políticos e publicações anti-imigrantes, observa-se em Portugal, quer um racismo “popular” que por vezes é explícito e verbalizado, quer o que a sociologia do racismo tem vindo a designar por “racismo sistémico” ou “racismo institucional”. Uma forma de racismo que, frequentemente, não é conscientemente assumido mas que está inscrito no funcionamento da sociedade e se reproduz através dos comportamentos dos indivíduos.

As denúncias dos entrevistados visam sobretudo a discriminação nos domínios do emprego, na procura de alojamento, nos transportes públicos e nos locais de consumo e de lazer (supermercados, restaurantes, bares ou discotecas). O racismo vivido ou presenciado pelos entrevistados tem, pois, muito pouco de subtil. O tratamento sistematicamente diferenciado, a inferiorização verbalizada ou não, as ofensas, constituem a regra e não a

excepção no quotidiano das populações originadas pela imigração africana. A cor da pele continua ser uma marca de “inferioridade” e a desempenhar um papel preponderante nas relações entre portugueses e indivíduos de origem africana. Estes vivem uma espécie de exigência de invisibilidade na sociedade que é compatível com a lógica de racização desigualitária. Os imigrantes de origem africana e os seus descendentes, fazem parte da esfera produtiva mas, de preferência, em posições afastadas dos olhares e do convívio.

Podemos assim distinguir, por um lado, um racismo de contornos desigualitários “primário”, verbalizado e assumido pelos actores sociais onde se inserem as ofensas verbais, as discriminações mais flagrantes e os actos mais explícitos e, por outro lado, um racismo que também obedece à lógica desigualitária mas que funciona no registo do implícito ou do não dito: trata-se da discriminação sistémica ou institucional. As denúncias dos entrevistados recaem fundamentalmente sobre a discriminação vivida no emprego, na procura de casa, nos transportes públicos e nos locais de consumo ou lazer como supermercados, restaurantes, bares ou discotecas.

O tratamento sistematicamente diferenciado e a inferiorização preconceituosa constituem a regra e não a excepção do quotidiano destas pessoas. Estes comportamentos estão claramente inscritos no funcionamento da maior parte das relações entre os portugueses e os indivíduos de origem africana. Os estereótipos que pesam sobre os africanos estão frequentemente associados à inferioridade, à falta de capacidades, à preguiça ou à violência e as suas fontes devem ser encontradas nos preconceitos recebidos do passado.

Estas constatações parecem vir confirmar uma das hipóteses iniciais desta investigação. O racismo dos portugueses relativamente às populações de origem africana, parece não ter sofrido a “revolução diferencialista” (Cf. Balibar e Wallerstein, 1991) que é observável em sociedades de imigração mais antiga. À excepção das acções de alguns grupos de *skinheads* nos subúrbios das principais cidades do país, não se observa, em Portugal, a típica associação do racismo ao nacionalismo ou aos temas da identidade cultural nacional. Não encontramos os discursos do temor de uma qualquer invasão nem o sentimento de rivalidade popular relativamente aos imigrantes e aos seus descendentes.

A pesquisa de Jorge Vala e dos seus colaboradores confirma, ainda que indirectamente, esta tese: no campo das atitudes, a percepção dos “negros” enquanto ameaça à segurança das populações autóctones, é maior do que quando “ameaça económica” (Vala, Brito e Lopes,

1998). O que não parece relevar de uma causalidade demasiado complexa. Por um lado, os imigrantes, em particular os de origem africana, parecem não constituir uma ameaça às posições estatutárias dos portugueses. Praticamente não existem disputas no que diz respeito à obtenção de postos de trabalho, uma vez que os imigrantes ocupam os empregos desertados pelos portugueses. Por outro lado, quer os preconceitos recebidos do passado, quer a concentração massiva destas populações - e sobretudo dos seus descendentes - nos subúrbios degradados das grandes cidades fazem aparecer um sentimento de insegurança que não se confunde com o racismo diferencialista.

Os preconceitos, os estereótipos e mesmo os comportamentos discriminatórios que vitimizam estas categorias constituem sobrevivências ideológicas do passado colonial do país. Trata-se de um tipo de racismo que concede ao grupo vítima um lugar bem preciso na sociedade; um lugar que o inferioriza sistematicamente.

A tese de Pierre van den Bergue (1970) parece particularmente adaptada à análise das origens sociais do racismo relativamente às populações de origem imigrante. Vive-se hoje, em Portugal, um período de transição entre as formas de racismo paternalistas (*paternalistic*) típicas das sociedades coloniais, agrícolas, não industrializadas e fortemente hierarquizadas e as formas de racismo competitivo (*competitive*) características das sociedades modernas e igualitárias. Por outras palavras, é possível assumir que, no rápido processo de modernização da sociedade portuguesa, permanecem ainda, nas relações entre autóctones e imigrantes, vestígios do paternalismo de tipo colonial e da ideologia do “clássico” racismo de inferiorização. As representações contemporâneas dos imigrantes africanos devem ainda muito ao imaginário dos “negros colonizados”.

*O racismo diferencialista relativamente aos ciganos.* Os comportamentos racistas aos quais estão submetidos os ciganos emanam de uma lógica de racização profundamente diferente daquela que atinge as populações imigrantes e os seus descendentes. O racismo que os vitimiza releva claramente da lógica diferencialista. Não tendo sido contemplados pela ideologia “não racista” veiculada pelo Estado Novo - com efeito, os ciganos foram sempre tratados negativamente pelos poderes públicos - eles são percebidos actualmente como inassimiláveis na sociedade, como corpos estranhos que atentam a uma pressuposta harmonia e segurança das comunidades.

No Verão de 1996, em Oleiros, distrito de Braga uma milícia popular apoiada por autarcas locais expulsou violentamente uma pequena comunidade de ciganos. Este incidente foi fortemente mediatizado, o que rapidamente deu origem a acontecimentos semelhantes noutras localidades, nomeadamente em Cervães, Cabanelas e Vila Verde. Algumas das perseguições às comunidades ciganas obtiveram mesmo o apoio público de alguns responsáveis políticos locais. Durante os anos 90 houve, por todo o país, populações que reagiram com mais ou menos violência à instalação de famílias ciganas na sua proximidade. No Verão de de 2003, em Faro, o presidente da Câmara Municipal fez publicar um edital que ameaçava de expulsão as famílias ciganas acampadas nos arredores da cidade. Os ciganos que desde há 500 anos são segregados de forma imposta ou voluntária, são actualmente perseguidos ou excluídos da vida social; são acusados de tráfico de droga, de crimes, de abuso das prestações do Estado-providência e vítimas de uma violenta rejeição.

Os testemunhos dos entrevistados, bem como outras fontes de informação confirmam essa hostilidade generalizada contra os ciganos e o racismo diferencialista que os vitimiza. Os preconceitos que pesam sobre eles estão carregados de referências a uma diferença cultural essencial, ao abuso das prestações do Estado-providência, à marginalidade ou ao crime. Os ciganos são actualmente ignorados, rejeitados, perseguidos e excluídos de qualquer tipo de participação. Não sendo percebidos enquanto inferiores, são-no enquanto radicalmente diferentes e incompatíveis com a vida em sociedade.

Mas o racismo diferencialista não existe numa forma pura, nos meios urbanos, principalmente, para além de segregados espacialmente, os ciganos são vítimas de uma forte discriminação em praticamente todos os domínios da vida social. E não se trata aqui de comportamentos discriminatórios provenientes de uma lógica que concede aos grupos desprezados um lugar na sociedade ainda que um lugar também desprezado. O tratamento quotidiano ao qual os ciganos são submetidos tem como objectivo o seu completo afastamento da vida em sociedade, o seu apagamento enquanto cidadãos.

Uma vez que não se vive actualmente uma situação de crise económica profunda que pudesse ser responsável pela típica constituição de bodes expiatórios étnicos ou raciais, a explicação para as origens sociais do racismo que os vitima deve ser procurada noutros tipos de mecanismos. Com efeito, e paradoxalmente, a maior parte dos incidentes que se registam entre as populações não ciganas e os ciganos, têm lugar em regiões de crescimento

económico e urbano recente. Não se trata portanto de uma hostilidade motivada por factores económicos mas uma espécie particular de racismo dos “pequenos brancos”, para usar a clássica expressão de Gunnar Myrdal. Um racismo daqueles cuja identidade burguesa e estatuto social recém adquiridos dependem directamente do afastamento dos que foram etiquetados como “marginais”.

As fontes do racismo diferencialista de que os ciganos são vítimas encontram-se em três níveis intimamente ligados. Nos ancestrais preconceitos de que têm sido objecto ao longo dos tempos, nas mutações a que foram submetidos os seus próprios modos de vida e nas transformações sofridas pela sociedade portuguesa. Por um lado, numa sociedade que se moderniza e se "desruraliza" as actividades a que os ciganos tradicionalmente se dedicavam e as funções sociais que cumpriam – o comércio ambulante de objectos, vestuário ou animais – não apenas entram em declínio como são mal vistas ou mesmo proibidas. As alternativas que se lhes apresentam não são muitas: a sedentarização e assimilação ou o ingresso na economia paralela e, eventualmente, no tráfico. Se a primeira alternativa é dificultada por muitos factores, onde se incluem os preconceitos herdados do passado e um certo afastamento voluntário que cumpre propósitos identitários, a segunda parece ter alimentado o pensamento essencialista de muitos portugueses: de repente, todos os ciganos apareceram como a encarnação daquele que é percebido como o principal mal da modernidade: a droga. Por outro lado, as origens desta rejeição diferencialista, parecem poder encontrar-se nas mutações do mundo rural e na sua desestruturação; num sentimento de crise e de perda da identidade tradicional camponesa, ainda não completamente substituído por uma identidade moderna burguesa.

Os ciganos que se sedentizam nas cidades e vilas, que são instalados em bairros de habitação social ou que acampam de um modo mais ou menos definitivo nos arredores das aldeias são percebidos como uma ameaça simbólica aos estatuto recentemente obtido pelos não ciganos; eles aparecem como simbolicamente poluentes, degradam os lugares pela sua simples presença. Os ciganos representam o passado de onde se saiu e que se quer esquecer: a miséria, a sujidade, a exclusão, a precaridade ou a marginalidade.

A presença dos ciganos nos terrenos limítrofes das aldeias e vilas, nos bairros de habitação social ou nas escolas, é recusada em virtude da ambiguidade daquilo que eles passaram a representar para o resto da população. Ao instalarem-se o qu vizinhança das

populações não ciganas, os ciganos aproximam simbolicamente as duas colectividades. Ao tornarem-se vizinhos dos ciganos, os não ciganos, tornam-se “como ciganos”, o que constitui a pior das etiquetas no Portugal contemporâneo.

Os ciganos simbolizam, simultaneamente, o que a sociedade não quer da tradição: a exclusão, a pobreza, o analfabetismo, a ruralidade, a dureza da vida e a sua precaridade, e aquilo que não quer da modernidade: o anonimato das relações sociais, a igualdade de estatutos, a insegurança ou a criminalidade. É esta ambiguidade simbólica que os transforma no bode expiatório ideal e no objecto privilegiado de um perigoso diferencialismo que preconiza e põe em acto a sua expulsão.

Os factores que concorrem para a manutenção ou amplificação de comportamentos e atitudes racistas na sociedade portuguesa encontram-se nas profundas mudanças que actualmente a atravessam, mas também na herança cultural do passado. A análise das lógicas a que obedecem estes fenómenos - de que aqui deixei apenas um rápido esboço - é imprescindível quer ao nível da compreensão científica destes processos quer ao nível do seu combate político.

A luta contra o racismo joga-se, obviamente, num tabuleiro complexo, mas onde são predominantes os domínios da moral, da cultura, da economia e da política. Se as experiências das sociedades centrais europeias nos têm alertado para as limitações de um antiracismo puramente moral, não é menos verdade que a luta antiracista passa por uma mudança cultural que rompa definitivamente com os estereótipos recebidos do passado. As representações essencialistas acerca de determinados grupos e os comportamentos relativamente a eles, podem ser alteradas quer pela educação, no sentido lato, quer através da acção dos *media*. Mas a principal arena de combate ao racismo é inevitavelmente o campo da cidadania. É na denuncia implacável dos afastamentos aos princípios da igualdade cívica, jurídica e política de todos os indivíduos e na concretização de políticas que fomentem a real participação de todos os grupos na vida colectiva que se pode, senão eliminar, pelo menos reduzir à mínima expressão, as paixões racistas dos homens.

## **Referências:**

- Albuquerque, Rosana (1996) *A Identidade Pessoal de Jovens Luso-africanos; Contributo para o seu Estudo*. Tese de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta (fotocopiado).
- Bastos, José Pereira (2000), Portugal Europeu. Estratégias Identitárias Inter-nacionais dos Portugueses, Oeiras : Celta.
- Finkelkraut, Alain (1988), *A Derrota do Pensamento*. Lisboa : D. Quixote.
- Instituto de Ciências Sociais (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa : ICS.
- Machado, Fernando Luís (2001), "Contextos e percepções de racismo no quotidiano", *Sociologia - Problemas e práticas*. 36, 53-80.
- Marques, João Filipe, (1995), "O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma explicação sociológica do racismo", *Ethnologia*, nova série, 3-4, 39-57.
- Marques, João Filipe (2000), "O Neo-Racismo Europeu e as Responsabilidades da Antropologia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 35-60.
- Miranda, Joana (1994), *Grupos Étnicos em Portugal. Os Estereótipos dos « Portugueses »*. Tese de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta (fotocopiado).
- Saint-Maurice, Ana, (1997), *Identidades Reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras : Celta, 1997.
- Taguieff, Pierre-André (1990 [1987]), *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: La Découverte.
- Touraine, Alain (1993), "Le racisme aujourd'hui", in Michel Wieviorka (dir.), *Racisme et modernité*. Paris: la Découverte, 23-41.
- Vala Jorge (Org.) (1999), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras : Celta.
- Vala, Jorge ; Brito, Rodrigo ; Lopes Dinis (1998), *Expressões do Racismo em Portugal*. Lisboa : ICS.
- van den Berghe, Pierre (1970), *Race and Ethnicity. Essays on Comparative Sociology*. New York: Basic Books.
- Wieviorka, Michel (1991), *L'espace du racisme*. Paris: Seuil.